

COMITE FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA PARA A RIO+20

Ata da reunião de constituição do Comitê Facilitador realizada em 3 de novembro de 2010

Com o objetivo de dar início às atividades das organizações e movimentos socioambientais relacionadas à Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), foi realizada uma reunião com redes e coletivos representativos da diversidade das lutas socioambientais no Brasil (ver lista de participantes em anexo). Os participantes debateram o marco conceitual e político de atuação e encaminharam decisões acerca das tarefas e responsabilidades como grupo de facilitação. Essa reunião foi precedida por um encontro preliminar, em 10 de setembro, em São Paulo, e de consultas nos meses anteriores.

Marco conceitual e político:

O/as participantes da reunião representam um campo diversificado de atores que trabalham sobre direitos, modelo de desenvolvimento, justiça ambiental e sustentabilidade nos planos nacional e internacional, nas diversas regiões do Brasil, no campo e na cidade, compondo um perfil plural que inclui socioambientalistas, trabalhadores rurais e urbanos, mulheres, juventude, movimentos populares, empreendedores da economia solidária, entre outros.

Foi realizada uma avaliação da agenda da conferência oficial da ONU. Embora não se tenha chegado a um consenso sobre o grau de expectativa que devemos ter quanto ao compromisso efetivo dos governos com um acordo com peso político, acordamos que nossa atuação será balizada pelos seguintes parâmetros:

- Atuaremos para que a Rio + 20 não se limite a fazer uma revisão dos compromissos da Rio 92 ou que se limite à dimensão ambiental da sustentabilidade, uma vez que a própria Resolução da Assembleia Geral da ONU determina que a Conferência aprecie os compromissos globais em desenvolvimento sustentável desde a Rio-92. Assim, apoiaremos as iniciativas em curso que buscam ampliar o escopo da revisão de modo a incluir o conjunto do ciclo de conferências das Nações Unidas que lidaram com temas como segurança alimentar, habitação e saneamento, direitos humanos, demografia, inclusão e desenvolvimento social, mulheres, saúde, etc.
- Nossa atuação, portanto, estará focada na busca de uma forte e ampla iniciativa que tome a ocasião da Rio + 20 como ponto de virada para o desencadeamento de uma nova vontade política, que dê passos concretos para acelerar a transição rumo a novas formas de organização da sociedade, da economia e do que se entende por desenvolvimento justo, solidário, incluyente e ambientalmente saudável, e que acabe com a inaceitável espoliação dos bens comuns e violação dos direitos.
- Identificamos a necessidade das organizações e movimentos socioambientais se aprofundarem e se qualificarem frente à disputa pelas interpretações sobre os conceitos de economia verde, que será um dos eixos da agenda oficial, e onde estão em confronto desde visões sobre uma economia social e ambientalmente sustentável até ações que mascaram a reprodução do sistema econômico vigente com ações superficiais na área de responsabilidade ambiental ou social (o chamado *green washing*). O outro eixo da agenda oficial – arquitetura institucional de governança para o desenvolvimento

sustentável – também deverá ser tratado por nós com a perspectiva de democratização do conjunto das instituições internacionais, inclusive o injusto sistema de financiamento multilateral do desenvolvimento, caracterizado pelas organizações do sistema Bretton Woods (Banco Mundial e FMI), e não apenas as instituições da governança ambiental. Uma nova e democrática arquitetura do sistema internacional é condição central para que a desejada transição possa ser encaminhada, e por isso nossa atuação crítica frente a negociações de acordos de livre comércio e a espaços como o G20 financeiro, OMC, Banco Mundial, FMI, entre muitos outros, é parte fundamental de nossa tarefa rumo a Rio + 20.

- Nossa atuação vai muito além da agenda da conferência oficial. Embora o monitoramento e incidência sobre a dinâmica oficial seja uma das dimensões de nossa tarefa, nossa responsabilidade transcenderá em muito a agenda dos governos. Nossa premissa é que nem os governos nem os mercados são a locomotiva das soluções necessárias ao enfrentamento da profundidade da crise global. As chaves das soluções também encontram-se nos movimentos e organizações que estão na base da sociedade, que vem demandando iniciativas públicas e experimentando ações - como sistemas de produção agrícola baseados na agricultura familiar e camponesa amistosos com o meio ambiente e mantenedores e gestores da biodiversidade, a economia solidária que encurta circuitos entre produção, distribuição e consumo, entre outras - que devem ser referência para as decisões de políticas.

- Embora reconhecendo a importância dos setores empresariais começarem a assumir suas responsabilidades no enfrentamento da crise global, não aceitamos que o mercado e as corporações sejam colocados como principais protagonistas enfraquecendo a ONU e a centralidade das políticas públicas. Isso, porém, não impede que entidades, redes e fóruns que integram a nossa iniciativa participem de diálogos e atividades no fórum liderado pelo setor empresarial, a ser realizado antes da conferência oficial, e que o setor empresarial seja convidado a participar de atividades na Cúpula dos Povos Rio+20.

- Nossa iniciativa, portanto, terá a marca da autonomia, combinada com a pluralidade e a possibilidade de diálogo com a dinâmica oficial e com outros setores..

Sobre o processo a ser desencadeado pelas organizações e movimentos socioambientais e o evento denominado doravante de Cúpula dos Povos Rio+20, decidimos adotar os seguintes encaminhamentos:

- O/as participantes criam o **COMITE FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA PARA A RIO+20** com a seguinte proposta para sua dinâmica de funcionamento:

Grupos de Trabalho – participação aberta a entidades, organizações e movimentos socioambientais:

GT ONU: acompanha e incide sobre a dinâmica da conferência oficial;

GT Evento Internacional: facilita a realização da Cúpula dos Povos Rio+20, cuidando da logística, captação de recursos e programação;

GT Mobilização: realiza debates e atividades de formação e mobilização no processo que leva até a realização da Conferência e da Cúpula dos Povos Rio+20;

GT Comunicação: trabalha em interação permanente com os demais GTs;

GT Internacional: dialoga e interage com redes e coletivos de outros países a respeito do evento Cúpula dos Povos Rio + 20

GT Juventude: sua criação ainda está em debate entre as organizações da juventude.

. **Secretaria Executiva** – composta por redes, coletivos e entidades/movimentos com ampla representatividade e base social.

Membros: ABONG/Associação Brasileira de ONGs (em consulta interna)
CUT/Central Única dos Trabalhadores (incluída mediante consulta após a reunião)

FBES/Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FBOMS/Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

GRAP/Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo Fórum Social Mundial

REBRIP/Rede Brasileira Pela Integração dos Povos

Rede Brasil Sobre Instituições Financeiras Multilaterais

Representação do movimento de mulheres (em consulta)

Representação da juventude (em consulta)

OBS: Algumas definições sobre este desenho precisam ser detalhadas e portanto poderão ser revisadas e alteradas.

- O papel do Comitê Facilitador não é o de organizar atividades e sim de facilitar e viabilizar a realização de iniciativas de organizações e movimentos sociais do mundo inteiro. Cada entidade que compõe o nosso coletivo poderá, no entanto, individualmente ou com parceiros, organizar suas próprias atividades.

- A tarefa do CF tem dinâmicas em várias esferas: desencadear um processo de formação e mobilização na base da sociedade junto a grupos e entidades locais, tomando a Rio+20 como oportunidade para atividades de capacitação e debate; e facilitar o evento Cúpula dos Povos Rio+20. O evento internacional, plural e articulado, portanto, será o resultado do processo que desenvolvermos até maio de 2012.

- Nossa responsabilidade é ao mesmo tempo global e local. No plano global manteremos um diálogo permanente com parceiros internacionais visando facilitar e viabilizar a realização de suas propostas de atividades, dentro do escopo de um programa plural, que se caracterize pela unidade na diversidade e que invista nas interações e na união das lutas. No plano local, da cidade de Rio de Janeiro, atuaremos no sentido de investir na mobilização das organizações e movimentos da cidade, valorizando os acúmulos da trajetória de lutas pelo direito a cidade, e de relacionar a dinâmica da Rio+20 com a realização da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 que produzirão um gigantesco impacto sobre os direitos e territórios da cidade. A Cúpula dos Povos Rio+20 será, portanto, um evento global com sólida aterrissagem na cidade do Rio de Janeiro e em seus conflitos e lutas socioambientais.

Encaminhamentos de curto prazo:

- Divulgar uma convocatória em português, espanhol e inglês, assinada pelo Comitê Facilitador.

- Amadurecer e consolidar nossas dinâmicas de funcionamento
Elaborar e divulgar uma Carta de Princípios.

- Realizar nova reunião do Comitê Facilitador em 14 de janeiro de 2011, (a pauta incluirá, entre outros pontos, o debate de um rascunho da Carta de Princípios).

- Agendar reuniões com governos federal, estadual e municipal visando apresentar o desenho da Cúpula dos Povos Rio+20.

OBS: Foi criada a página www.rio2012.org.br. Divulguem!!

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 2010

Ata elaborada por Fátima Mello (FASE/REBRIP) com as notas de Jean Pierre Leroy (FASE/RBJA) e Dionísio Carvalho (REAPI). Revisão de Rubens Born (Vitae Civilis/FBOMS) e Esther Neuhaus.